

**LEI N. 3.587, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025**

DOM 18.12.2025 – N. 6218, ANO XXVI)

**INSTITUI**, no âmbito do Município de Manaus, o “Dia Municipal do Meu Pet”, a fim de promover a conscientização e a valorização dos animais de estimação, destacando sua importância para a sociedade e a necessidade de proteção, cuidado e respeito a esses seres vivos.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Institui, no âmbito do Município de Manaus o "Dia Municipal do Meu Pet" a ser comemorado, anualmente, no primeiro sábado do mês de março, passando a integrar o Calendário Oficial do Município.

**Art. 2.º** O "Dia Municipal do Pet" tem como objetivo promover a conscientização e a valorização dos animais de estimação, destacando sua importância para a sociedade e enfatizando a necessidade de proteção, cuidado e respeito a esses seres vivos.

**Art. 3.º** No "Dia Municipal do Pet", poderão ser promovidas atividades e eventos que incentivem a adoção responsável de animais, estimulem a esterilização, a vacinação e os cuidados básicos de saúde, além de proporcionar momentos de interação entre os animais e seus tutores.

**Art. 4.º** O Poder Executivo Municipal poderá realizar parcerias para realização das ações e eventos relacionados ao "Dia Municipal do Pet", com organizações da sociedade civil, entidades de proteção animal, clínicas veterinárias, pet shops e demais instituições relacionadas ao tema.

**Art. 5.º** As escolas municipais poderão ser incentivadas a realizar atividades educativas sobre a guarda responsável de animais de estimação, abordando temas como alimentação adequada, higiene, saúde e bem-estar animal.

**Art. 6.º** Esta Lei poderá ser ajustada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); em particular, está alinhada com o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, ao estimular a adoção responsável e o cuidado com os animais de estimação, com o ODS 15 – Vida Terrestre, ao promover a proteção e o bem-estar dos animais, com

DIRETORIA LEGISLATIVA

o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes e com o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

**Art. 7.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que lhe couber.

**Art. 8.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 18 de dezembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM, de 18.12.2025 – Edição n. 6218, Ano XXVI.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE Manaus

Manaus, quinta-feira, 18 de dezembro de 2025.

Ano XXVI, Edição 6218 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

### LEI N. 3.585, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

**ALTERA** a Lei n. 3.064, de 01 de Junho de 2023, e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

**Art. 1.º** Fica alterada a Lei n. 3.064, de 01 de Junho de 2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º .....

VII – propor, em Ato do Procurador-Geral, a organização e a uniformização dos procedimentos e parâmetros para a celebração de acordos envolvendo a Administração Direta e Indireta;" (NR)

"Art. 4.º A autorização para a realização dos acordos previstos nesta Lei, inclusive os judiciais, será conferida pelo Procurador-Geral do Município, diretamente ou mediante ato normativo próprio que especifique a autoridade delegada e os limites da delegação.  
I – (Revogado);  
II – (Revogado);

§ 1.º (revogado);

§ 2.º (revogado);

§ 4.º Todos os termos de ajustamento de conduta, acordos e composições de qualquer natureza, de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta, ainda que não regidos por esta Lei, independentemente da destinação específica ou vinculada do crédito, deverão, cumulativamente:

I – ser submetidos à homologação da Procuradoria-Geral do Município;  
II – seguir rigorosamente o modelo de minuta-padrão elaborado pela Procuradoria-Geral do Município.

§ 5.º As composições em desacordo com as formalidades previstas nos incisos do § 4.º são nulas de pleno direito, não produzindo efeitos jurídicos.

§ 6.º Ato do Procurador-Geral do Município poderá estabelecer critérios de valor, matéria ou complexidade para as quais a homologação prevista no § 4.º, I:  
I – seja dispensada; ou

II – seja delegada a órgão de assessoramento jurídico da própria entidade.

§ 7.º Nas hipóteses de dispensa ou delegação de que trata o § 6.º, a obrigação de uso da minuta-padrão, disposto no inciso II, do art. 4.º, subsiste integralmente, e sua inobservância acarretará a nulidade prevista no § 5.º." (NR)

"Art. 15. ....

§ 3.º .....

II – (revogado); (NR)

"Art. 17. ....

II – (revogado);" (NR)

"Art. 24. ....  
I – implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo da confissão e da interrupção do prazo prescricional operadas pela celebração da transação, além de outras consequências previstas no termo individual ou no edital de adesão;

§ 4.º As consequências delineadas nos §§ 2.º e 3.º deste artigo poderão ser excepcionadas pelo termo individual de transação ou edital para adesão, que poderão fixar regra menos gravosa." (NR)

"Art. 31. O disposto nesta Subseção também se aplica à Dívida Ativa do município de Manaus, de natureza não tributária, oriunda de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta.

I - (revogado);  
II - (revogado)." (NR)

"Art. 33. Poderá ser autorizado pelo Procurador-Geral do Município, diretamente ou mediante ato normativo próprio, o não ajuizamento de ações, o reconhecimento da procedência do pedido, a não interposição de recursos, o requerimento de extinção das ações em curso e a desistência dos recursos judiciais pendentes de julgamento.

I – (revogado);  
II – (revogado);

Parágrafo Único. (Revogado)." (NR)

"Art. 33-B. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data em que se tornarem exigíveis, os débitos de natureza tributária

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica instituída a Semana Municipal de Enfrentamento às Apostas e Jogos de Azar, na cidade de Manaus, para alertar a população sobre os riscos e os prejuízos causados pelo vício em apostas, principalmente as que ocorrem de forma online.

**Parágrafo único.** A referida Semana será realizada, anualmente, na primeira semana do mês de junho, passando a integrar o Calendário Oficial da Cidade de Manaus.

**Art. 2.º** Os órgãos competentes, definidos pelo Executivo Municipal, estabelecerão os critérios, as diretrizes e as estratégias para viabilizar a plena execução da Semana, por meio de métodos capazes de gerar informação e conscientização sobre a necessidade do enfrentamento às apostas e jogos de azar.

**Art. 3.º** A Semana terá como objetivo conscientizar a população sobre a alta carga viciante das apostas e jogos de azar, principalmente as modalidades online.

**Art. 4.º** As escolas públicas e demais instituições da Administração Pública Municipal poderão desenvolver atividades como palestras, ações de orientação em locais de grande circulação de pessoas, entre outras atividades voltadas para desestimular as pessoas a apostarem e participarem de jogos de azar, como forma de prevenção e combate ao vício.

**Art. 5.º** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6.º** O Poder Executivo Municipal poderá escolher livremente os meios de divulgação, publicidade ou veiculação da semana para ampliação da conscientização, observado o disposto nesta Lei.

**Art. 7.º** O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 8.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 18 de dezembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAIT PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

**LEI N. 3.587, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025**

**INSTITUI**, no âmbito do Município de Manaus, o "Dia Municipal do Meu Pet", a fim de promover a conscientização e a valorização dos animais de estimação, destacando sua importância para a sociedade e a necessidade de proteção, cuidado e respeito a esses seres vivos.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Institui, no âmbito do Município de Manaus o "Dia Municipal do Meu Pet" a ser comemorado, anualmente, no primeiro sábado do mês de março, passando a integrar o Calendário Oficial do Município.

**Art. 2.º** O "Dia Municipal do Pet" tem como objetivo promover a conscientização e a valorização dos animais de estimação, destacando sua importância para a sociedade e enfatizando a necessidade de proteção, cuidado e respeito a esses seres vivos.

**Art. 3.º** No "Dia Municipal do Pet", poderão ser promovidas atividades e eventos que incentivem a adoção responsável de animais, estimulem a esterilização, a vacinação e os cuidados básicos de saúde, além de proporcionar momentos de interação entre os animais e seus tutores.

**Art. 4.º** O Poder Executivo Municipal poderá realizar parcerias para realização das ações e eventos relacionados ao "Dia Municipal do Pet", com organizações da sociedade civil, entidades de proteção animal, clínicas veterinárias, pet shops e demais instituições relacionadas ao tema.

**Art. 5.º** As escolas municipais poderão ser incentivadas a realizar atividades educativas sobre a guarda responsável de animais de estimação, abordando temas como alimentação adequada, higiene, saúde e bem-estar animal.

**Art. 6.º** Esta Lei poderá ser ajustada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); em particular, está alinhada com o ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis, ao estimular a adoção responsável e o cuidado com os animais de estimação, com o ODS 15 - Vida Terrestre, ao promover a proteção e o bem-estar dos animais, com o ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e com o ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

**Art. 7.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que lhe couber.

**Art. 8.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 18 de dezembro de 2025.

**DAVID ANTÔNIO ABISAIT PEREIRA DE ALMEIDA**  
Prefeito de Manaus

**LEI N. 3.588, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025**

**DISPÕE** sobre a Campanha de Conscientização, Prevenção e Tratamento do Glaucoma no âmbito do município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1.º** Fica instituída a Campanha de Conscientização, Prevenção e Tratamento do Glaucoma no âmbito do município de Manaus.